

1 **AJUDA MEMÓRIA DA XIII REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO – Aracaju – Outubro de 2008.**

3  
4 A sessão solene de abertura da XIII Reunião Plenária Ordinária do Comitê da Bacia  
5 Hidrográfica do Rio São Francisco ocorreu na noite do dia 29 de outubro no Del Mar Hotel,  
6 localizado a Avenida Santos Dumont, 1.500, Aracaju - SE. O Mestre-de-cerimônia deu início  
7 à solenidade da abertura da XIII Plenária do CBHSF em parceria com a Agência Nacional de  
8 Águas - ANA e com o apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos  
9 Hídricos – SEMARH/SE que tem como objetivo discutir a Agência Única, mecanismos e  
10 valores na cobrança da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Foi convidado para a  
11 formação da mesa o Presidente do CBHSF, Antonio Thomaz da Mata Machado, o Secretário  
12 de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe, Sr. Marcio Costa Macedo,  
13 representando o Governador do Estado Sr. Marcelo Deda, o Diretor da Agência Nacional de  
14 Águas, Sr. Benedito Braga, o representante do Ministério do Meio Ambiente, Sr. Julio Tadeu  
15 Keithchut, representando o Ministério da Integração Nacional Sr. José Luiz de Souza,  
16 representando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de  
17 Alagoas e Secretária do Comitê da Bacia do rio São Francisco a Sra. Ana Catarina Pires de  
18 Azevedo Lopes, representante do Governo de Minas Gerais e Coordenador na Câmara  
19 consultiva do alto São Francisco, o Sr. Geraldo José Santos, representando o Governo de  
20 Pernambuco o Sr. Marcelo Cauás Ásfora, representando o Governo do Estado da Bahia o  
21 Sr. Jaildo Santos Pereira, Coordenadora da Câmara Consultiva do médio São Francisco, a  
22 Sra. Edite Lopes de Souza, representado a Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe  
23 para compor a mesa o Deputado Estadual Vanderlei Correia, representando o Ministério  
24 Público do Estado de Sergipe, Dr. Eduardo Matos, Diretor-Presidente da Eletro-nuclear o Sr.  
25 Otto Luiz Pinheiro da Silva, o Coordenador da Câmara Consultiva Regional do Sub-médio  
26 São Francisco, representando os Prefeitos da Bacia do rio São Francisco, o Sr. Antonio  
27 Valadares, o Coordenador da Câmara Consultiva do Baixo São Francisco, Sr. Luiz Carlos  
28 Fontes e representando o Governo do Distrito Federal Sra. Luizalice Bárbaro Guimarães  
29 Labarrére. Em seguida o Presidente do CBHSF Antonio Thomaz da Mata Machado declarou  
30 aberta a XIII Plenária do CBHSF e o Sr. Márcio Costa Macedo em nome do Governador  
31 Marcello Deda, da as boas-vindas a todos os membros do comitê e a todos aqueles que  
32 visitavam a capital de Aracaju. O Mestre-de-cerimônia convidou a todos para o Hino  
33 Nacional sob a regência do Maestro Sergio Perez. Dando prosseguimento à solenidade de  
34 abertura neste momento faz uso da palavra o representante do Ministério do Meio Ambiente

35 Sr. Julio Tadeu Keithchut. Foram registradas também as presenças do Secretário de Estado  
36 de Cultura o Sr. Paulo Viana, Presidente da DESO-SE o Sr. Max Maia, da Agência Nacional  
37 das Águas - ANA o Sr. Wilde Cardoso, da IDAGRO o Sr. Delmo Dasciazeno, Secretário-  
38 Adjunto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe Sr. Marcos  
39 Sant'Anna, do Ministério da Integração Nacional o Sr Rosalvo Júnior, da Eletrobrás o Sr.  
40 Leonan Santos Guimarães, o Superintendente da CODEVASF do Estado de Alagoas Sr.  
41 Antonio Nelson, o Superintendente da CODEVASF de Sergipe Antonio Viana Filho, o  
42 Superintendente da CODEVASF de Minas Gerais Sr. Anderson de Vasconcelos Chaves,  
43 representando a FUNAI a Sra. Marcela Menezes, representando a ONG - Canoa de Tolda  
44 Sr. Carlos Eduardo Ribeiro, representando o Comitê do Rio Salitre Sr. Almacks Vieira,  
45 Superintendente do IBAMA o Sr. Manoel Rezende, do Ministério de Minas e Energia o Sr.  
46 Renato Dalla Lana, da Federação dos Pescadores de Minas Gerais o Sr. Raimundo Ferreira  
47 Marques, da ANTAC Sra. Gertrudes Coelho e o Presidente da DEMA do Estado de Sergipe  
48 Sr. Genival Nunes, representando a EMBRAPA o Sr. Marcos Aurélio Soares Cruz, a  
49 Coordenadora das Promotorias do São Francisco no Estado da Bahia Dra. Luciana Houry,  
50 Diretor de operações da CHESF Sr. Mozart Arnold Bandeira, a Promotora de Justiça e  
51 Coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente do Estado de Alagoas Dra. Dalva Tenório e o  
52 Presidente da Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe o Sr. Edmilson Araújo. O Presidente do  
53 CBHSF Sr. Antonio Thomaz Gonzaga da Mata Machado agradeceu ao Sr. Marcio Macedo,  
54 pela acolhida ao CBHSF em Sergipe, cumprimentou Sra Ana Catarina Secretaria do Comitê  
55 em nome de toda Diretoria Colegiada, cumprimentou o Presidente da Eletro-Nuclear que  
56 fará um debate sobre a proposta de uma Empresa de uma usina nuclear que está se  
57 discutindo ser implantada na bacia do São Francisco e, colocou que neste ano conseguiu se  
58 reunir com todos os comitês e comissões de bacia de afluentes do São Francisco para  
59 discutir a agência única da bacia do São Francisco, uma discussão difícil e complexa, pois a  
60 bacia tem uma assimetria e uma complexidade muito grande para constituir uma agência.  
61 Fez um breve balanço das reuniões realizadas com setores irrigantes, industria, companhia  
62 de saneamento, com serviços de água e esgoto, participações importante neste processo  
63 para discutir a cobrança da água e se conseguiu razoável consenso do comitê da bacia do  
64 São Francisco. Ressaltou a discussão nessa plenária sobre cobrança e a questão que se  
65 desenrola a transposição através do processo administrativo, de competência do comitê.  
66 Disse ainda que terá que ser estabelecido um prazo para definição do funcionamento da  
67 agência e cobrança do São Francisco e assim possa ser referência para outras bacias

68 hidrográficas principalmente na América do Sul, desejou a todos uma boa reunião,  
69 agradeceu e encerrou sua fala.

70 Início dos trabalhos no dia 31/10/2008 – Sra. Ana Catarina – Secretária do CBHSF iniciou os  
71 trabalhos informando que o Presidente da empresa Eletro Nuclear Sr. Othon Luiz Pinheiro  
72 por ter que viajar sua palestra foi antecipada. Chamou para a mesa Luiz Carlos da Silveira  
73 Fontes, Coordenador do CCR do Baixo. Luiz Carlos diz “É com muita satisfação que damos  
74 início esse primeiro painel na nossa XIII Plenária” e explica que foi uma demanda da Câmara  
75 Consultiva Regional do Baixo São Francisco diante das notícias veiculadas na imprensa da  
76 possibilidade de instalação de centrais nucleares na margem do Rio São Francisco. Para  
77 que possamos iniciar no âmbito do comitê esta discussão a primeira atitude a tomar é ouvir a  
78 Eletro Nuclear, empresa estatal encarregada de promover a instalação destas usinas.  
79 Gostaria de convidar o Dr. Othon para compor a mesa, passo-lhe a palavra e manifesto meu  
80 agradecimentos à sua presença. Dr. Othon: inicia agradecendo a oportunidade de trocar  
81 idéias com a platéia e inicia sua fala com a seguinte colocação: “Em primeiro lugar as Usinas  
82 Nucleares não precisam ser instaladas no Vale do São Francisco, entretanto, mesmo sem  
83 estarem instaladas no Vale do São Francisco elas podem dar uma importante contribuição  
84 para a preservação do uso sustentável da bacia do São Francisco”, diz ainda que “o Brasil  
85 sem dúvida vai precisar de energia nuclear. A energia nuclear não precisa do São Francisco,  
86 mas vai ser útil para o São Francisco”. Explica como funciona o sistema elétrico nacional  
87 integrado com rede de extensão de 4.000 km, sobre os reservatórios de energia do país e  
88 apresenta um gráfico mostrando demandas e falta de estoque de água nos reservatórios,  
89 afirma que a única maneira de se ter estoque é com as térmicas que possuem quatro tipos:  
90 carvão, óleo, gás e nuclear. A nuclear é uma térmica como qualquer outra só que usa  
91 combustível diferente e possui estoque virtual que permite certo conforto ao operador, para  
92 trabalhar com margem de segurança na parte hidráulica. Por isso esta afirmativa que as  
93 nucleares não precisam estar instaladas no Rio São Francisco, mas é fundamental para o  
94 Rio São Francisco no futuro que existam nucleares. Quem planeja a energia tem que  
95 garantir o fornecimento por menor preço e com o menor impacto ambiental possível. Esse é  
96 o desafio e só tem um combustível que é mais barato que a nuclear, é a água, a energia  
97 nuclear já é a segunda forma de gerar a energia elétrica deste país. No mundo a energia  
98 nuclear é responsável por 16% de energia elétrica consumida. Afirmou ainda que na  
99 segurança do reator, a tecnologia que o Brasil optou pelo retorno mais seguro que existe, foi  
100 escolhido o tipo de reator TWR porque esse tipo de reator é quase impossível ser utilizado  
101 para outros fins (bomba atômica). Apresentou o funcionamento do reator e a necessidade de

102 água externa para refrigerar o condensador, que pode ser água doce ou água salgada. O  
103 que é necessário é que tenha água perto. O rejeito nuclear é o único que não se convive  
104 com ele, pois fica estocado e controlado em cápsulas. Existem três tipos de rejeito nuclear.  
105 O grande desafio é no rejeito queimado. O combustível queimado, a cada ano e meio, uma  
106 quantidade de combustível é trocado por combustível novo, e inicialmente vai para tanques,  
107 dentro da central, isso fica dentro da central, são tanques com a parede de aço inoxidável,  
108 absolutamente isolado da natureza e fica lá esfriando por 8 a 10 anos, isso não é rejeito, não  
109 é lixo, ainda é possível ser reciclado diz Dr. Othon. Para o transporte, através de um  
110 recipiente de aço blindado, o destino final deste combustível, é uma caverna, como se fosse  
111 um pombal de concreto, e com uma chapa de aço embaixo como se fosse uma bandeja,  
112 esse sistema que é de concreto, não tem peça móvel, é projetada para durar 500 anos, não  
113 estamos resolvendo o problema de combustível queimado, mas nós estamos postergando  
114 por no mínimo 500 anos de uma forma responsável, porque já existem várias iniciativas  
115 tecnológicas que estão resolvendo o problema. No Brasil a empresa chamada EPE –  
116 Empresa de Planejamento Energético é que fez estes estudos. Serão iniciados a construção  
117 de Angra III, uma grande central e mais quatro centrais na ordem de 400 mega watts, até  
118 2030. Tem um outro cenário intermediário que são seis, se economicamente houver  
119 crescimento serão oito centrais até o ano de 2030. As centrais vão ser centrais que levam  
120 até seis usinas no mesmo local ao longo do tempo. Escolhe um local e constrói uma, está  
121 previsto para o nordeste que seja construída duas usinas, no mesmo local. Deixou claro que  
122 não é a eletro nuclear que escolhe o local, quem escolhe é o governo. O que esta sendo  
123 feito no nordeste é a seleção por estados locais onde tecnicamente consideramos que  
124 atendem os requisitos. A decisão é uma decisão política, portanto, ninguém da eletro nuclear  
125 tem autoridade para escolher nada. A previsão para o nordeste ter é a primeira usina no  
126 local escolhido é para 2019 e encerrou sua palestra. Em seguida o Coordenador da CCR do  
127 Baixo e da mesa Luiz Carlos agradeceu ao Dr. Othon e convidou Dr. Mozart representante  
128 da CHESF para compor a mesa e imediatamente iniciou os debates (toda a íntegra dessa  
129 discussão pode ser obtida através da transcrição taquigráfica existente na Secretaria do  
130 CBHSF). Após o término dos debates, o Coordenador da CCR do Alto São Francisco  
131 Geraldo dos Santos colocou a Ata da XII Plenária em votação, e, em não havendo nenhuma  
132 manifestação sobre a Ata, considerou a mesma aprovada, suspendeu-se a reunião e  
133 anunciou que após o almoço seria iniciada a discussão do mecanismos de valores da  
134 cobrança. Dando inicio a segunda parte da plenária a Secretária Ana Catarina compôs a  
135 mesa com o Sr. Geraldo Santos - Coordenador do Alto e Sr. João Araújo - Coordenador da

136 Câmara Técnica de Outorga Cobrança – CTOC para início ao tema em discussão. O  
137 Coordenador da mesa Geraldo Santos imediatamente chamou o Sr. Giordano Bruno –  
138 Técnico da ANA para fazer a apresentação do tema “Mecanismos de cobrança e valores a  
139 serem aplicados pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio São Francisco”.  
140 Iniciou sua exposição apresentando pontos de destaques da minuta de deliberação discutida  
141 na CTOC no dia 25/09/2008: (1) artigo primeiro “Ficam aprovados os mecanismos de  
142 cobrança pelo uso de recursos hídricos e valores a serem aplicadas sob os usos dos corpos  
143 d águas da União de sua competência, estabelecidos nesta deliberação, a serem  
144 implementados a partir da instalação da entidade delegatária de funções de agências de  
145 água” o destaque da redação no caput deste artigo é “cobrança dos usos dos corpos d água  
146 de domínio da União de sua competência” - atende a questão do rio Verde Grande que é um  
147 rio de domínio da União, no entanto, não é competência do CBHSF estabelecer os  
148 mecanismos de valores para este rio em especial. (2) artigo segundo, “Serão cobrados os  
149 usos de recursos hídricos nos termos dos anexos um e dois desta deliberação, que  
150 contemplam, respectivamente, os mecanismos de cobrança e os valores dos coeficientes e  
151 preços unitários, estes nominados preços públicos unitários, PPU’s”. Esse artigo separa, no  
152 Anexo I só os mecanismos e no Anexo II os valores dos preços e coeficientes, de tal  
153 maneira que, no futuro, caso o CBHSF queira fazer alguma alteração nos valores, os  
154 coeficientes e preços, basta alterar o Anexo II, da mesma maneira, se algum comitê de bacia  
155 hidrográfica afluyente desejar editar uma deliberação semelhante à deliberação do São  
156 Francisco, basta que esse comitê copie toda a deliberação e altere simplesmente os valores.  
157 (3) No Parágrafo Primeiro, “a entidade delegatária de funções de agência de água deverá  
158 apresentar ao comitê, a cada três anos, a partir do início da cobrança, uma avaliação da  
159 implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos, visando quando couber ajustes,  
160 revisões ou complementações aos mecanismos e valores”, mas nada impede, que o comitê  
161 de bacia hidrográfica do São Francisco, antes desse prazo possa voltar a discutir alterações,  
162 melhorias, nos mecanismos de valores. (4) Parágrafo Segundo: “os usuários de recursos  
163 hídricos, sujeitos à outorga na bacia do rio São Francisco” – tanto aqueles usuários que já  
164 tenham outorga pelo uso da água, emitida pela agência nacional de águas, quanto àqueles  
165 que estão em processo de obtenção de outorga e cujo cadastro foi aprovado pela própria  
166 ANA serão cobrados pelo uso da água de forma retroativa à data de início da cobrança, com  
167 incidência de multa e juros conforme deferida na resolução da ANA 1.308 de 2007, que trata  
168 de parcelamentos dos débitos dos usuários inadimplentes, valor mínimo de cobrança e etc.  
169 O CBHSF tem a competência de estabelecer os mecanismos de valores e cabe a ANA

170 operacionalizar a cobrança. (5) Parágrafo Terceiro, quando o início do uso da água ocorrer  
171 em data posterior ao início da cobrança mencionada no parágrafo anterior, este uso estará  
172 sujeito a cobrança somente a partir do seu início, ou do seu cadastramento, desde que  
173 devidamente comprovado pelo usuário; (6) Artigo Terceiro, o CBHSF deverá diligenciar  
174 esforços junto aos órgãos gestores de recursos hídricos para a promoção da regularização e  
175 de um processo de re-ratificação de dados, junto ao CNRH, para todos os usos na bacia  
176 hidrográfica do rio São Francisco e compatíveis com a implementação do Artigo Primeiro  
177 desta deliberação, ou seja, antes de começar a cobrança, deverá ser feito um processo de  
178 consulta aos usuários, para que possam confirmar a declaração no cadastro nacional de  
179 usuários de recursos hídricos, aí, é dado um prazo para que os usuários se manifestem até  
180 se implementar a cobrança. (7) No Artigo Quarto, os recursos financeiros arrecadados com a  
181 cobrança, serão aplicados de acordo com os programas de investimentos elaborados com  
182 base no plano de recursos hídricos e orientados pelas regras definidas no plano de  
183 aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança e pelas regras de hierarquização que  
184 forem aprovadas pelo Comitê. O CBHSF se reunirá para estabelecer um plano de aplicação  
185 de recursos e as regras de hierarquização para poder selecionar os empreendimentos que  
186 serão financiados a partir de 2010, com os recursos da cobrança. (8) Anexo I - Artigo  
187 Primeiro ressalta os mecanismos de valores de cobrança em rios de domínio estadual e  
188 recomenda que esses comitês de bacias afluentes possam editar deliberações semelhantes  
189 a do CBHSF, de tal maneira a ter uma certa uniformização, garantindo a questão da gestão  
190 por bacia hidrográfica. Após esse Artigo iniciou-se uma exposição sobre os componentes  
191 que formam a base de cálculo para cobrança. O Anexo II, trata dos valores dos preços  
192 unitários e definição de cada um dos coeficientes (a íntegra dessa exposição pode ser obtida  
193 através da transcrição taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF). Após os debates  
194 realizados encerrou-se o primeiro dia de plenária.

195 No dia 16 de maio: Sra Ana Catarina Pires Lopes (Secretária de Meio Ambiente e Recursos  
196 Hídricos de Alagoas e Secretária do Comitê do São Francisco) – Deu início ao segundo dia  
197 da XIII Plenária convidando Sra Edite Lopes de Souza (Coordenadora da CCR do Médio  
198 São Francisco) para juntas fazerem os informes programados para o dia: Grupo de trabalho  
199 Regime Hidráulico – GTOSF, Seminário de Revitalização, Resolução DIREC sobre  
200 advertências (a íntegra desses informes podem ser obtida através da transcrição taquigráfica  
201 existente na Secretaria do CBHSF), Em seguida iniciou-se a segunda parte dos debates  
202 sobre a minuta de deliberação dos mecanismos e valores de cobrança com relação ao Artigo  
203 Quinto e Anexos I e II. A primeira fala é do Sr. Rosalvo Junior (MI) diz que existe outra

204 proposta para o Artigo Quinto e propôs a mesa que abrisse novas discussões, a qual foi  
205 acatada e a mesa abriu inscrições para novos debates (a íntegra desse debate pode ser  
206 obtida através da transcrição taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF). Durante os  
207 debates e as votações alguns membros do CBHSF pediram para que fossem registradas em  
208 Ata suas falas são eles: Sr. Rosalvo Junior (MI): *“É apenas que eu quero que conste em Ata*  
209 *a nossa discordância com relação à fórmula, com relação ao “K” consumo, viu, a mesa,*  
210 *constar em Ata que não concordamos com esse “K” consumo e não concordamos com o*  
211 *parágrafo primeiro e segundo da emenda proposta. Então que conste em Ata que não*  
212 *concordamos com a fórmula, especialmente com o “K” consumo, com o parágrafo único,*  
213 *com o parágrafo primeiro, parágrafo segundo na votação do artigo quinto, porque os outros*  
214 *ainda não foram votados”*. O Dr. Marley Mendonça (MMA): *“Em geral, não é político não.*  
215 *Pessoal, estou hoje muito mais calado do que ontem, no entanto estou muito mais*  
216 *preocupado com o desenvolvimento das questões. Estou falando como membro desse*  
217 *comitê, pessoa que sempre defende em todas as instâncias este comitê, no âmbito do*  
218 *Ministério nós trabalhamos para fortalecer este comitê, mas também como Gerente da*  
219 *Secretaria Executiva Nacional de Recursos Hídricos como pessoa que lida no dia-a-dia com*  
220 *o conselho, também sou conselheiro do CNRH, presido a CTIL da Câmara legal. Então eu*  
221 *conheço um pouco de como funcionam as coisas, estou bastante preocupado com a forma*  
222 *que esta proposta vai chegar ao CNRH. Eu acho que vai ser uma derrota muito grande não*  
223 *somente para a bacia de recursos hídricos deste país, que não seja no formato suficiente*  
224 *para ser aprovado, diferentemente do que acontece com o Paraíba do Sul. Vou fazer uma*  
225 *proposta que vai desagradar muita gente, eu sugiro, é quase meio-dia, nós estamos com*  
226 *uma série de questões que nós não conseguimos pacificar aqui, existem controvérsias*  
227 *profundas, eu acho que nós temos que fazer uma avaliação se não seria conveniente para*  
228 *salvar e diminuir o prejuízo deste processo, se a gente repor a discussão no âmbito da*  
229 *Câmara Técnica e depois a gente traga de maneira mais consolidada para uma reunião a*  
230 *mais rápida possível. Faço isso, volto a falar que estou desagradando a muita gente, porém*  
231 *melhor perder três ou quatro meses do que perder um ano e meio de discussão. Entendeu?*  
232 *Obrigado”*. Após algumas discussões o Presidente do CBHSF Sr. Thomaz anunciou ao  
233 plenário que estavam em regime de votação e apresentou as duas propostas feitas: 1ª  
234 proposta é enviar para a câmara técnica CTOC e CTIL apenas o anexo II, valores para a  
235 cobrança; 2ª proposta, é a proposta do Dr. Marley, que o anexo I e anexo II seja rediscutido  
236 na CTOC e CTIL. Após votação verificou-se que a proposta ganha foi a de numero 1 (um).

237 Encerrou-se assim os trabalhos do período da manhã (a íntegra desse debate pode ser  
238 obtida através da transcrição taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF).

239 A 2ª parte do 2º dia da XIII Plenária do CBHSF iniciou-se com o Coordenador da mesa  
240 Geraldo Santos propondo a reorganização da pauta sendo primeiramente os debates e  
241 votação das deliberações em virtude do tempo e das várias apresentações programada para  
242 o período, e fez as seguintes colocações: “considerando o fato de ter sido adiada a votação e  
243 enviada novamente as Câmaras técnicas CTOC e CTIL o anexo II sobre discussão de  
244 valores, isso inclui a deliberação sobre a questão da cobrança da transposição, que será re-  
245 encaminhada também para as Câmaras técnicas CTOC e CTIL”; sobre discussão da  
246 deliberação da agência a proposição da DIREC foi fazer uma discussão, mas não deliberar,  
247 assim, foi adiada também a discussão sobre a agência. A proposta foi aceita pelo plenário e  
248 em seguida iniciaram-se os debates sobre a deliberação que dispõe sobre solicitação ao  
249 Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, de destinação dos recursos da cobrança  
250 do setor elétrico na bacia do São Francisco (a íntegra desse debate pode ser obtida através  
251 da transcrição taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF). Após apreciação, votação e  
252 aprovação da deliberação da destinação dos recursos hídricos da cobrança do setor elétrico  
253 iniciou-se a explanação, informes e encaminhamentos do Sr. Thomaz – Presidente do  
254 CBHSF sobre o processo Administrativo nº001/04, o Dr. Breno Lasmar – Coordenador da  
255 CTIL foi chamado para informes e esclarecimentos dos ritos das audiências públicas para o  
256 mesmo processo. Durante os debates o Sr. Rosalvo Junior (MI) pediu que fosse colocado em  
257 Ata a sua intervenção: *“Ai é que está à última intervenção trata exatamente do processo em*  
258 *si. Já fizemos um pedido formal de que não queremos receber a cópia do processo, mas*  
259 *queremos receber o original, porque já que é um órgão do estado é do auto e você despacha*  
260 *o processo. Nós não recebemos cópias, o Breno nos entregou em PDF, eu sou membro da*  
261 *CTIL, não tínhamos recebido a cópia, recebemos a cópia apenas quando tivemos que*  
262 *receber, mas do ponto de vista do processo administrativo nós queremos o original porque*  
263 *nós queremos analisar os documentos originais e nos pronunciarmos sobre ele nos*  
264 *documentos originais. Então eu solicito ao Maciel, que coloque em Ata, nós novamente*  
265 *solicitamos o processo original que seja despachado para o Ministério da Integração*  
266 *Nacional”* (a íntegra desse debate pode ser obtida através da transcrição taquigráfica  
267 existente na Secretaria do CBHSF). Após discussão abriu-se a votação para essa  
268 deliberação das audiências públicas do processo administrativo, que foi aprovada por  
269 unanimidade no plenário. Em seguida Sra. Ana Catarina – Secretária do CBHSF deu início as  
270 apresentações: Rede de cooperação técnica interinstitucional de monitoramento qualitativo e

271 quantitativo sobre águas e peixes na bacia do Rio São Francisco pela Sra. Silvia Freedman -  
272 Diretora do COMLAGO, Leitura da Carta de Glória – Plenária Indígena feita pela Sra. Maria  
273 José Marinheiro – Coordenadora da Câmara Técnica de Comunidade Tradicionais – CTCT e  
274 representante do povo Tumbalalá no CBHSF, o Sr. Almacks Vieira – representante da CTAI  
275 do CBHSF dando informações sobre o desmatamento do rio Salitre afluente do rio São  
276 Francisco e o Sr. Luiz Carlos Fontes – Coordenador da CCR do baixo São Francisco fazendo  
277 prestações de contas sobre a primeira Audiência Pública realizada no Baixo São Francisco  
278 cumprindo deliberação nº 33 de 11 de dezembro de 2007 votada na última Plenária do  
279 CBHSF (a íntegra das apresentações e debates podem ser obtida através da transcrição  
280 taquigráfica existente na Secretaria do CBHSF). Em seguida o presidente Sr. Thomaz  
281 convocou à mesa toda a DIREC do CBHSF para suas considerações e agradecimentos  
282 finais e encerrou a XIII Plenária.

283

284

285

286 Thomaz da Mata Machado

Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes

287 Presidente

Secretária

288